



DENÚNCIA

Eudócia aciona STF e PGR e pede investigação sobre incentivos fiscais à Refit em Alagoas



FOCO NA JUSTIÇA



Processo de Renan Calheiros avança e mantém sob investigação investimentos do Iprev no Banco Master

Justiça exclui JHC e o Município de Maceió de ação, mas determina o prosseguimento do processo

VALIDADA!

Decisão conclui que, durante a pré-campanha, instituto não é obrigado a incluir todos os pré-candidatos em levantamento eleitoral

Desembargador revoga liminar e libera divulgação de pesquisa da Real Time Big Data em Alagoas

CONFLITO AGRÁRIO

Magistrado acolhe pleito de associação comunitária em Palmeira dos Índios e ordena mutirão de audiências para que agricultores comprovem posse histórica de suas terras

Justiça Federal determina análise individualizada de propriedades em área indígena de Alagoas



INVESTIGAÇÃO

Alfredo Gaspar diz que relatório da CPI do INSS apontou elo entre fraudes, PCC e Hezbollah



EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

Nem vitória, nem derrota

A decisão da Justiça sobre a ação que investiga os investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores de Maceió no Banco Master produziu um efeito que merece atenção. Ao mesmo tempo em que retirou o ex-prefeito JHC e o Município de Maceió do processo por ausência de vínculo jurídico direto com os atos apontados, o magistrado manteve o núcleo da ação em andamento. Em outras palavras, um capítulo foi encerrado para alguns envolvidos, mas a história está longe do desfecho.

O indeferimento do pedido de bloqueio de R\$ 117 milhões também exige uma leitura técnica, distante das interpretações apressadas. A decisão não validou as operações financeiras nem afastou a possibilidade de responsabilização futura. O entendimento foi outro. Enquanto a liquidação extrajudicial do Banco

Master permanecer em curso, ainda não há base jurídica para afirmar que o prejuízo ao patrimônio do Iprev seja definitivo. Sem essa definição, a medida patrimonial perde sustentação neste momento.

O processo, porém, ganhou novo impulso. A Justiça determinou a citação dos investigados, requisitou documentos, abriu prazo para apresentação de defesas e chamou o Ministério Público para acompanhar a tramitação. A fase que se inicia é justamente aquela em que os fatos deixam o campo das alegações para ingressar na produção de provas. É esse conjunto de informações que permitirá identificar se houve irregularidades, quem participou das decisões e quais consequências poderão surgir.

A exclusão de JHC da ação não reduz a dimensão institucional do

caso. A fundamentação adotada pelo juiz está apoiada na autonomia administrativa, financeira e patrimonial do Iprev, autarquia responsável pelos investimentos. Trata-se de um recorte jurídico específico, que não interfere na continuidade da apuração sobre os demais agentes citados na ação popular proposta pelo senador Renan Calheiros.

Em um ambiente político marcado por discursos antecipados e versões que frequentemente tentam substituir os fatos, a decisão reforça um aspecto essencial. Nem absolvição antecipada, nem condenação precipitada. O processo continua porque ainda há elementos a serem esclarecidos. A partir de agora, serão os documentos, as perícias e as manifestações das partes, e não as narrativas políticas, que definirão os próximos capítulos dessa investigação.



COLUNISTAS

VONEY MALTA

Caso Banco Master ganha espaço nas campanhas em AL e mais quatro estados

Com a investigação da PF em andamento e as eleições no radar, o Banco Master passou a integrar a estratégia de campanha em Alagoas, Bahia, Piauí, Rio de Janeiro, Paraná e no Distrito Federal.

A tática comum tem sido associar adversários políticos à fraude financeira provocada pelo dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, que segue preso.

Reportagem do O Globo diz que “18

regimes próprios de previdência social (RPPS) aplicaram R\$ 1,867 bilhão em Letras Financeiras emitidas pelo Master entre 2023 e 2024”.

O Instituto de previdência de Maceió (Iprev) investiu R\$ 117,9 milhões, atrás do Rioprevidência, com R\$ 970 milhões, e da Amprev, do Amapá, com R\$ 400 milhões.

“Embora os aportes tenham sido feitos quando JHC era prefeito, ele não é alvo das investigações sobre o Master”, diz O Globo.

Ainda de acordo com O Globo, “JHC evita comentar o caso e tem recorrido à Justiça contra publicações que associam seu nome aos investimentos do Iprev Maceió no Master”.

Independentemente da estratégia adotada por seus adversários, o tema tende a acompanhar a campanha eleitoral em Alagoas.

Em algum momento, o ex-prefeito de Maceió e pré-candidato do PSDB ao governo do Estado terá de se posicionar publicamente sobre o caso Banco Master.



EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernand.oliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

O jornal A Notícia Alagoas é uma publicação diária - Endereço para correspondência: Av Comendador Gustavo Paiva, N 2789 - Sala 25 - CNPJ: 14.743.012/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.



A NOTÍCIA

INFORMAÇÃO QUE FORMA.
JORNALISMO QUE TRANSFORMA.

NÃO SOMOS PERFIS. SOMOS CONTEÚDO.



Enquanto as redes
vendem versões,
os jornais
entregam fatos.



Não publicamos o que
viraliza — divulgamos
o que importa.



O que incomoda
interesses, fortalece
a sociedade.



Menos ruído.
Mais apuração.



SAIA DAS
REDES.



LEIA
JORNAIS.



ENTENDA A
REALIDADE.

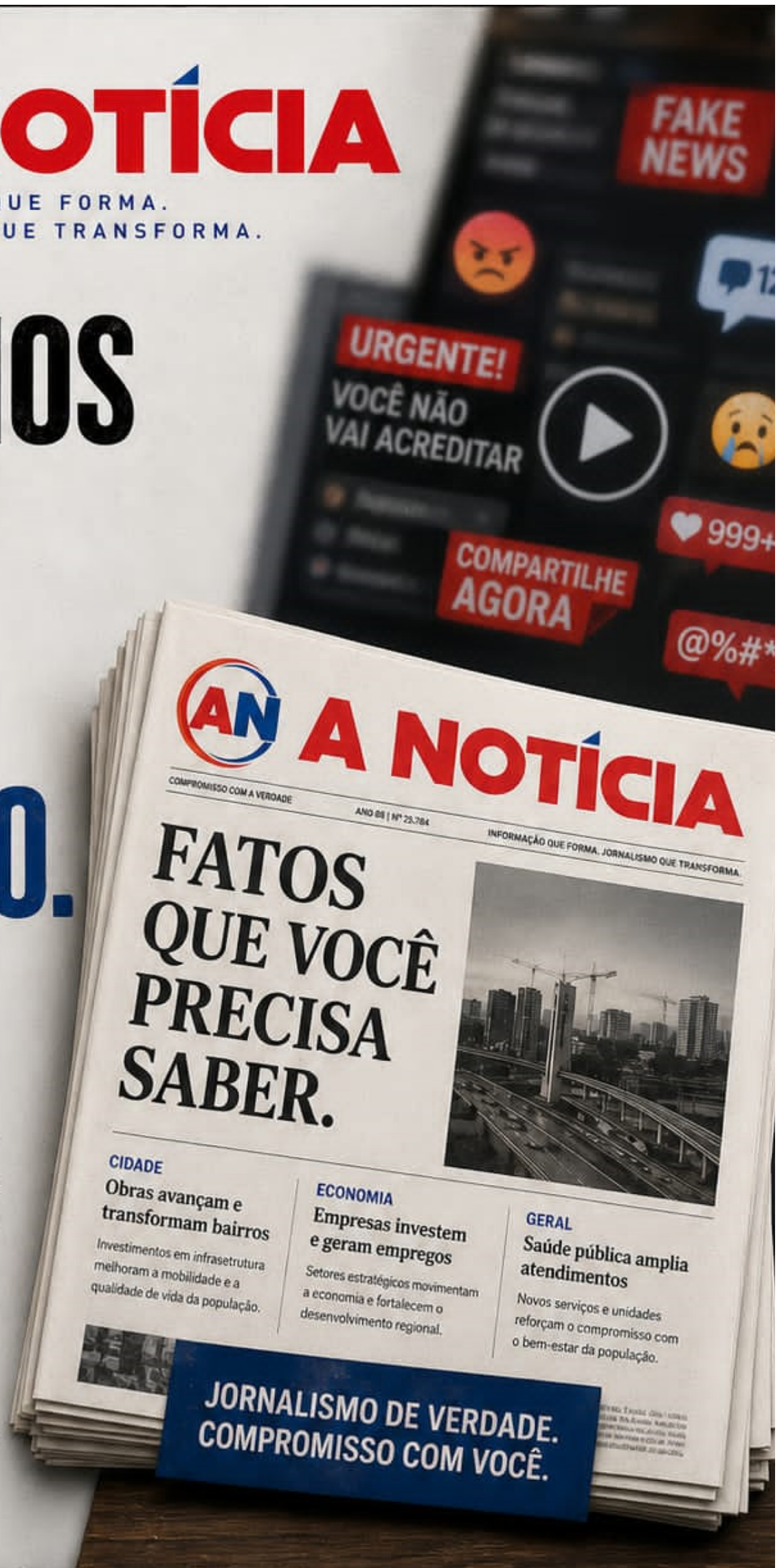
Em um mundo de opiniões rápidas e informações rasas,
o jornalismo profissional é o que conecta você à realidade.

Valorize quem apura. Valorize quem informa. Valorize o jornal.



A NOTÍCIA

INFORMAÇÃO QUE FORMA.
JORNALISMO QUE TRANSFORMA.



FOCO NA JUSTIÇA

Processo de Renan Calheiros avança e mantém sob investigação investimentos do Iprev no Banco Master

Justiça exclui JHC e o Município de Maceió de ação, mas determina o prosseguimento do processo

A ação popular ajuizada pelo senador Renan Calheiros (MDB) contra os investimentos realizados pelo Instituto de Previdência dos Servidores de Maceió (Iprev) no Banco Master segue em andamento na Justiça, mesmo após o juiz rejeitar, por ora, o pedido de indisponibilidade de bens de R\$ 117 milhões. A decisão também retirou do polo passivo o ex-prefeito JHC e o Município de Maceió, mas manteve vivos os principais questionamentos sobre a aplicação dos recursos públicos e determinou o prosseguimento da investigação judicial contra os demais envolvidos.

Na decisão, o juiz entendeu que ainda não há elementos suficientes para decretar o bloqueio patrimonial porque a liquidação extrajudicial do Banco Master ainda está em andamento, o que significa que não é possível afirmar, neste momento, a existência definitiva de prejuízo ao patrimônio do Iprev. O magistrado destacou que a recuperação parcial ou até integral dos valores ainda é juridicamente possível.

Apesar disso, a ação está longe de ser encerrada. Ao



Ex-prefeito JHC foi excluído do polo passivo da ação popular

contrário, o magistrado determinou o regular prosseguimento do processo em relação aos demais réus, entre eles dirigentes, ex-gestores, consultores ligados aos investimentos, o Banco Master, seus administradores e outras pessoas físicas e jurídicas apontadas na ação. Também ordenou a citação dos investigados para apresentação de defesa e determinou que sejam entregues, no prazo de 30 dias, os documentos requisitados pelo autor da ação. O Ministério Público também foi intimado para acompanhar o caso como fiscal da ordem jurídica.

Ao excluir JHC e o Município de Maceió da ação, o juiz fundamentou que os investimentos questionados foram realizados por uma autarquia com

personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Segundo a decisão, a petição inicial não individualizou qualquer ato praticado diretamente pelo ex-prefeito relacionado à política de investimentos adotada pelo Iprev, razão pela qual reconheceu a ilegitimidade passiva de ambos.

A decisão também deixa claro que a negativa do bloqueio de bens não representa o encerramento das apurações nem um reconhecimento da regularidade das operações financeiras. O magistrado ressaltou que a controvérsia ainda depende de produção de provas e da conclusão dos procedimentos em andamento, inclusive da liquidação extrajudicial do Banco Master, para que seja possível dimensionar eventual



Ação foi apresentada pelo Senador Renan Calheiros (MDB)

dano aos cofres públicos.

Na prática, a denúncia apresentada por Renan Calheiros continua produzindo efeitos judiciais. O processo seguirá sua tramitação com a coleta de documentos, apresentação de defesas e análise das provas que poderão esclarecer a legalidade dos investimentos realizados pelo Iprev, bem como a eventual responsabilidade dos investigados remanescentes.

A ação popular segue em tramitação contra o Instituto de Previdência dos Servidores de Maceió (Iprev Maceió), responsável pelos investimentos questionados além do Banco Master S.A., atualmente em liquidação extrajudicial, seu controlador Daniel Bueno Vorcara e Augusto Ferreira Lima.



VALIDADA!

Decisão conclui que, durante a pré-campanha, instituto não é obrigado a incluir todos os pré-candidatos em levantamento eleitoral

Desembargador revoga liminar e libera divulgação de pesquisa da Real Time Big Data em Alagoas

O desembargador Maurício Cesar Breda Filho, do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL), revogou a liminar que havia suspenso a divulgação da pesquisa eleitoral realizada pelo instituto Real Time Big Data sobre a disputa pelo Governo de Alagoas e pelo Senado nas eleições de 2026. A nova decisão, publicada nesta sexta-feira (3), restabelece a validade do levantamento registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O magistrado é relator da representação ajuizada pela Federação PSDB-Cidadania, que questionou a metodologia da pesquisa por não incluir, no cenário simulado para o Senado, o nome da senadora Eudócia Caldas (PSDB), apontada como pré-candidata à reeleição. A parlamentar é mãe do ex-prefeito de Maceió, JHC (PSDB), que aparece entre os nomes testados para o Governo do Estado.

Na ação, a federação sustentou que a ausência da senadora poderia comprometer



a fidelidade do levantamento e influenciar a percepção do eleitorado ao favorecer outros possíveis candidatos ao Senado.

Em recurso, a Real Time Big Data argumentou que a legislação eleitoral não exige a inclusão de todos os pré-candidatos durante a fase de pré-campanha. Segundo o instituto, essa obrigatoriedade somente passa a existir após o registro oficial das candidaturas, conforme previsto na Resolução nº 23.600/2019 do Tribunal Superior Eleitoral.



Ao reexaminar o caso, Maurício Breda Filho considerou que a pesquisa foi realizada em período anterior às convenções partidárias, quando ainda não existem candidaturas formalizadas perante a Justiça Eleitoral. O desembargador destacou que esse momento é marcado por intensa movimentação política, com definições e alianças ainda em construção, o que impede que os institutos conheçam previamente todos os nomes que poderão disputar o pleito.

Na decisão, o magistrado afirmou que as empresas de pesquisa não dispõem de meios técnicos ou condições fáticas para prever todas as pré-candidaturas e as particularidades do cenário político local. Com esse entendimento, tornou sem efeito a liminar anteriormente concedida e autorizou a livre divulgação da pesquisa.

DECISÃO

Justiça Eleitoral aplica multa, manda apagar vídeo e afirma que uso de deepfake para favorecer pré-candidatura é proibido

TRE-AL condena JHC por usar IA para simular apoio de Ancelotti e antecipar campanha

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) impôs um revés à pré-campanha do ex-prefeito de Maceió, João Henrique Holanda Caldas, ao condená-lo por propaganda eleitoral antecipada com uso de inteligência artificial. A Justiça Eleitoral concluiu que um vídeo divulgado em seu perfil no Instagram utilizou um deepfake para simular o apoio do técnico da Seleção Brasileira, Carlo Ancelotti, à sua pré-candidatura ao Governo de Alagoas, prática expressamente vedada pela legislação eleitoral.

A decisão, assinada pelo desembargador eleitoral Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de

Alencar, julgou procedente a representação apresentada pelo MDB e condenou JHC ao pagamento de multa de R\$ 5 mil, além de determinar a remoção definitiva do vídeo, com ordem para que a Meta Platforms

exclua o conteúdo da plataforma.

Na fundamentação, o relator destacou que a legislação eleitoral proíbe de forma objetiva o uso de conteúdo sintético criado por inteligência artificial para alterar ou simular a imagem e a voz de pessoas vivas com finalidade eleitoral. Segundo a decisão, a irregularidade existe independentemente de o vídeo ter potencial para enganar o eleitor ou de haver aviso informando que o conteúdo foi produzido por inteligência artificial.

O magistrado também concluiu que a publicação extrapolou os limites da pré-campanha ao utilizar expressões como “nosso JHC” e “cara certo para vencer o jogo em Alagoas”, acompanhadas da hashtag

#JHCPorTodaAlagoas, entendendo que elas funcionaram como equivalentes de um pedido antecipado de voto. Para o relator, a mensagem possuía finalidade eleitoral e violava as regras que disciplinam a propaganda antes do início oficial da campanha.

Ao rejeitar os argumentos da defesa, a decisão afirma que nem o caráter humorístico alegado para a publicação nem a identificação do uso de inteligência artificial são suficientes para afastar a vedação prevista na Resolução do Tribunal Superior Eleitoral. O entendimento adotado pelo TRE-AL reforça que a proibição ao uso de deepfakes em benefício de candidaturas possui natureza objetiva e busca preservar a integridade do processo eleitoral.

Além da multa, a Justiça determinou a retirada definitiva do vídeo do perfil @jhcdopovo e ordenou que a plataforma cumpra a exclusão do conteúdo no prazo fixado na decisão.



DENÚNCIA

Senadora apresentou notícia-crime contra Renan Filho e Paulo Dantas

Eudócia aciona STF e PGR e pede investigação sobre incentivos fiscais à Refit em Alagoas

A senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) protocolou uma notícia-crime no Supremo Tribunal Federal (STF) e uma representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitando a apuração de supostas irregularidades envolvendo o senador Renan Filho (MDB-AL), o governador de Alagoas, Paulo Dantas (MDB), e operações da distribuidora de combustíveis Refit no estado.

De acordo com as petições apresentadas pela parlamentar, empresas ligadas ao empresário Ricardo Magro teriam sido beneficiadas por incentivos fiscais concedidos durante o período em que Renan Filho exerceu o cargo de governador de Alagoas. Segundo a senadora, o modelo de operação permitia que combustíveis passassem pelo estado para posterior comercialização



em outras unidades da federação, com incidência tributária inferior à que seria devida nas operações finais.

Outro ponto levado aos órgãos de controle diz respeito ao suposto uso de precatórios para a quitação de débitos de ICMS por empresas vinculadas ao mesmo grupo econômico. Na manifestação apresentada, a senadora sustenta que essa prática pode ter provocado prejuízos ao erário e requer que sejam apuradas eventuais

responsabilidades civis e penais decorrentes dos fatos.

Em razão da conexão apontada pela autora da notícia-crime, o caso foi distribuído, por prevenção, ao ministro Alexandre de Moraes, relator de processos relacionados à Operação Sem Refino, investigação conduzida pela Polícia Federal que apura supostos desvios e fraudes no setor de combustíveis.

Nas peças encaminhadas ao STF e à PGR,

Eudócia afirma que os elementos reunidos justificam a abertura de investigação para esclarecer a legalidade da concessão dos incentivos fiscais, das operações tributárias realizadas pelas empresas envolvidas e da eventual participação de agentes públicos.

Até o momento, o protocolo da notícia-crime e da representação não implica abertura automática de investigação, tampouco constitui reconhecimento de responsabilidade dos citados. Caberá ao Supremo Tribunal Federal e à Procuradoria-Geral da República analisar os pedidos e decidir sobre a adoção das medidas cabíveis.

Renan Filho, Paulo Dantas e os demais mencionados têm direito ao contraditório e à ampla defesa durante eventual procedimento investigativo ou judicial. A apresentação de notícia-crime representa um pedido formal para apuração de fatos e não configura condenação ou juízo antecipado de culpa.

JUSTIÇA

Defesa da Francês FM é questionada pelo MDB e TRE-AL determina regularização em duas ações eleitorais

A defesa apresentada pela Francês FM 99.1 em duas representações eleitorais ajuizadas pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) passou a ser alvo de questionamentos no Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL). Em decisões publicadas no Diário da Justiça Eletrônico desta quinta-feira (2), o desembargador eleitoral Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar determinou que a representação processual da empresa seja regularizada no prazo de um dia, sob pena de as contestações não serem conhecidas pela Justiça Eleitoral.

As determinações foram proferidas nas representações de números 0600235-44.2026.6.02.0000 e 0600249-



28.2026.6.02.0000, ambas propostas pelo MDB contra a Francês FM 99.1. Embora tratem de processos distintos, as duas decisões têm em comum questionamentos sobre a forma como a defesa foi apresentada nos autos.

Na primeira ação, o relator verificou que a contestação foi protocolada pela empresa Alagoas Comunicação Ltda. desacompanhada da procuração e dos atos constitutivos necessários para demonstrar que quem assinou o documento possuía poderes para representar a pessoa jurídica em juízo. Diante da ausência desses documentos, o magistrado determinou

que a empresa regularize sua representação processual, apresentando a documentação exigida pela legislação.

Na decisão, o desembargador destacou que a regularidade da representação processual constitui requisito indispensável para o desenvolvimento válido do processo e observou que a providência busca evitar nulidades durante a tramitação da ação. Caso a determinação não seja cumprida dentro do prazo fixado, a contestação poderá deixar de ser conhecida, permitindo o prosseguimento do processo com as consequências legais cabíveis.

Desembargador dá prazo de um dia para apresentação de documentos e alerta que as contestações poderão deixar de ser analisadas



Desembargador eleitoral Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar

INVESTIGAÇÃO

Deputado federal afirma que conclusões da comissão foram reforçadas por sanções dos Estados Unidos

Alfredo Gaspar diz que relatório da CPMI do INSS apontou elo entre fraudes, PCC e Hezbollah



O deputado federal Alfredo Gaspar afirmou que o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS identificou uma rede de lavagem de dinheiro que envolveria empresas ligadas a fraudes contra aposentados, organizações criminosas como o PCC e o Hezbollah, além de operadores financeiros e empresas de fachada.

As declarações foram dadas em entrevista publicada nesta sexta-feira (3), na coluna Entrelinhas, da Gazeta do Povo. Segundo o parlamentar, as recentes sanções impostas pelos Estados Unidos a pessoas e empresas apontadas por envolvimento em esquemas de lavagem de dinheiro reforçam as conclusões apresentadas pela CPMI.

De acordo com Gaspar, as investigações da comissão partiram da análise da empresa Arpar, que, segundo ele, teria movimentado cerca de R\$ 39 bilhões. O deputado afirmou que, durante os trabalhos, a CPMI identificou uma estrutura de empresas interligadas por meio da qual recursos seriam direcionados até operações com criptomoedas e casas de câmbio, indicando possível envio de dinheiro ao exterior.

O parlamentar também sustentou que o relatório da comissão deixou de revelar toda a dimensão do esquema porque, segundo ele, houve resistência à prorrogação dos trabalhos e à aprovação do documento final. Na entrevista, Gaspar atribuiu essa situação ao governo federal e afirmou que a interrupção das investigações impediu o aprofundamento

das apurações.

Ao comentar o andamento das investigações conduzidas pelas autoridades, o deputado afirmou que espera que o ministro André Mendonça dê continuidade às medidas sugeridas pela CPMI. Segundo Gaspar, o relatório apresentado pela comissão pediu o indiciamento de 216 pessoas.

O deputado também criticou o ritmo das investigações conduzidas pelos órgãos responsáveis e afirmou acreditar que ainda há fatos a serem esclarecidos envolvendo autoridades e pessoas ligadas ao governo. As declarações refletem a avaliação pessoal do parlamentar e não foram acompanhadas, na entrevista, de manifestação dos citados sobre essas afirmações.

Durante a entrevista, Gaspar voltou a defender a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o Banco Master. Segundo ele, uma nova CPI poderia aprofundar a apuração sobre contratos, operações financeiras e eventuais responsabilidades relacionadas ao banco.

CIDADANIA

Instituição obtém vaga em fórum deliberativo para o biênio 2026-2028 e planeja ampliar atuação na formulação de políticas públicas voltadas à equidade de gênero e proteção social

OAB Alagoas assume assento no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher

A Ordem dos Advogados do Brasil em Alagoas garantiu, nesta

semana, sua inserção no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher para o período que se estende até 2028. A entidade

figura entre as dez organizações da sociedade civil escolhidas para integrar o colegiado, cujo propósito central reside no desenvolvimento e na fiscalização de ações voltadas à equidade de gênero e ao combate à violência de base social.

O processo de seleção movimentou o cenário institucional local. Ao todo, quinze concorrentes alcançaram a habilitação jurídica e técnica prevista nas regras do edital. Após a etapa de votação, o grupo de dez representantes foi definido para gerir o fórum no próximo biênio.

De acordo com a presidente em exercício da seccional, Cláudia Medeiros, a ocupação dessa cadeira consolida a atuação da advocacia nos debates estruturais da população alagoana. A dirigente manifestou o compromisso da Ordem em colaborar ativamente na construção de projetos governamentais que tragam amparo jurídico, segurança e oportunidades para o público feminino no estado.

O Cedim funciona como uma instância consultiva e deliberativa essencial para a administração pública. O órgão tem o papel de desenhar diretrizes, monitorar verbas orçamentárias e sugerir programas governamentais que combatam o preconceito e resguardem as garantias fundamentais das cidadãs.



CONFLITO AGRÁRIO

Magistrado acolhe pleito de associação comunitária em Palmeira dos Índios e ordena mutirão de audiências para que agricultores comprovem posse histórica de suas terras

Justiça Federal determina análise individualizada de propriedades em área indígena de Alagoas

A condução do impasse fundiário envolvendo a Terra Indígena Xucuru-Kariri, no município de Palmeira dos Índios, ganhou um novo direcionamento jurídico. A Oitava Vara Federal em Alagoas atendeu ao requerimento formalizado pela Associação Comunitária Serra da Boa Vista, ordenando a abertura de uma força-tarefa de conciliação para escutar, de maneira singular, cada um

dos posseiros instalados no perímetro sob litígio.

O parecer assinado pelo magistrado Kleiton Ferreira adia o encontro coletivo anterior e estabelece um cronograma de sessões particulares. Essa determinação concede aos agricultores a prerrogativa de exhibir títulos dominiais, certidões e relatos orais que justifiquem a permanência nas glebas. O foco central das averiguações consiste em validar se a ocupação ou a titularidade dos imóveis rurais ocorreu antes da promulgação da Constituição de 5 de outubro de 1988, marco temporal que baliza a avaliação dos direitos de propriedade na região.

Exame pormenorizado

A intervenção dos defensores constituídos pela entidade civil modificou o rito processual tradicional, que costuma aglutinar as demandas. Diante da pluralidade de realidades econômicas e familiares no local, o tribunal reconheceu a indispensabilidade de segmentar o escrutínio, evitando desfechos generalistas que pudessem desamparar moradores tradicionais de boa-fé.

Com o novo rito desenhado pela magistratura, os notificandos deverão comparecer aos atos processuais munidos de todo o acervo documental reunido ao longo de décadas. A liderança da associação iniciou uma campanha interna de orientação, instando os cooperados a mapear escrituras públicas, certidões de cartório, comprovantes de tributos agrícolas e contratos de compra e venda antigos para blindar as alegações defensivas durante os depoimentos programados.

Ampla defesa assegurada

O advogado Adeilson Bezerra, que comanda a representação técnica dos produtores e preside a Executiva do Solidariedade no estado, classificou a deliberação como um marco de equilíbrio institucional. De acordo com o profissional, o despacho garante que os pequenos

lavradores manifestem suas razões em igualdade de condições, resguardando prerrogativas constitucionais essenciais.

Este resultado coroa um esforço de anos voltado a assegurar que nenhuma família seja despojada de seu patrimônio sem o devido cumprimento do ordenamento legal. O Judiciário demonstrou sensibilidade ao acolher a tese de que cada gleba possui uma biografia própria e merece consideração isolada, abrindo espaço para um entendimento baseado na razoabilidade.

O especialista salienta que o mutirão transfere para a esfera do entendimento mútuo uma crise que se arrastava por muito tempo em clima de incerteza econômica para o campo. A estratégia agora foca na instrução probatória rigorosa. Os afetados precisam demonstrar a cadeia dominial de suas áreas para municiar os julgamentos posteriores, consolidando um desfecho que concilie a estabilidade social e a segurança jurídica na zona rural palmeirense.



RECONHECIMENTO

Pão de Açúcar lidera ranking da Juceal como melhor cidade de Alagoas para empreender

O município de Pão de Açúcar conquistou a primeira colocação no ranking da Junta Comercial do Estado de

Alagoas (Juceal) que avalia o ambiente de negócios nos municípios alagoanos. No levantamento referente ao mês de junho, a cidade alcançou 81 pontos e ficou à frente de Palestina, com 79 pontos, e de Delmiro

Gouveia, que registrou 77 pontos.

O ranking considera o desempenho das prefeituras na oferta de serviços relacionados à abertura, regularização e licenciamento de empresas. Entre os critérios analisados estão a agilidade na tramitação dos processos, o tempo de resposta aos empreendedores e a integração dos serviços municipais ao Portal Facilita Alagoas, plataforma que reúne procedimentos para registro e licenciamento empresarial.

Segundo a Juceal, o objetivo do levantamento é acompanhar a evolução dos municípios na prestação de serviços voltados ao ambiente de negócios, além de incentivar a melhoria contínua dos processos administrativos e a redução da burocracia para quem deseja empreender.

Em nota divulgada pela prefeitura, o prefeito Jorge Dantas atribuiu o resultado às ações voltadas à modernização da administração municipal e ao fortalecimento das políticas de incentivo ao desenvolvimento econômico.

Levantamento da Junta Comercial aponta município na primeira colocação entre os 102 municípios alagoanos

“Recebemos essa notícia com muita alegria, porque ela confirma que estamos construindo uma cidade mais eficiente, organizada e preparada para receber novos empreendimentos. Nosso compromisso é continuar reduzindo a burocracia, melhorando os serviços e incentivando a geração de emprego e renda para a população”, afirmou.

A administração municipal destaca que o desempenho obtido no ranking reforça os investimentos realizados na modernização dos serviços públicos e na simplificação dos procedimentos administrativos, com o objetivo de tornar Pão de Açúcar mais atrativa para novos negócios e investimentos.



NOVO RECORDE

Número de 2026 é 12,24% superior ao antigo recorde, estabelecido no ano passado, com 23.685 constituições

AL registra mais de 26 mil aberturas empresariais no primeiro semestre

Alagoas registrou um recorde na abertura de empresas no primeiro semestre de 2026, com 26.583 novos negócios formalizados, segundo a Junta Comercial do Estado de Alagoas (Juceal). O resultado supera em 12,24% o recorde anterior, alcançado em 2025, e já ultrapassa o total de constituições registrado em alguns anos completos antes de 2019.

Do total de empresas abertas, 20.827 são microempreendedores individuais (MEIs), 4.157 microempresas (MEs), 1.107 empresas de pequeno porte (EPPs) e 492 negócios sem porte definido. Para a Juceal, o desempenho reflete o ambiente favorável aos negócios, impulsionado pela desburocratização do registro empresarial e pela segurança

jurídica oferecida aos empreendedores.

Entre os setores que mais abriram empresas no período estão comércio, transporte, armazenagem e correio, alojamento e alimentação, atividades administrativas, serviços profissionais, indústrias de transformação e outras atividades de serviços. Nos segmentos de microempresas e empresas de

pequeno porte, destacaram-se minimercados, restaurantes, serviços médicos, engenharia, corretagem de imóveis e construção civil.

Entre os microempreendedores individuais, lideraram as novas constituições atividades como serviços de malote, promoção de vendas, comércio de vestuário, transporte de cargas, transporte de

passageiros, salões de beleza, serviços administrativos, lanchonetes, entregas rápidas e fornecimento de alimentos.

Maceió concentrou o maior número de novos registros, com 13.997 empresas, seguida por Arapiraca, Marechal Deodoro, Rio Largo, Penedo e Delmiro Gouveia. Também tiveram desempenho expressivo municípios como São Miguel dos Campos, Palmeira dos Índios, União dos Palmares, Coruripe e Maragogi.

No período, também foram abertas 602 novas filiais, dentro e fora de Alagoas, com destaque para expansões em Pernambuco, São Paulo e Sergipe. A Juceal é responsável pelos processos de abertura, alteração e baixa de empresas no estado, além de administrar a Redesim, sistema que simplifica o registro e a legalização de negócios.



PRIMEIRA INFÂNCIA

Ferramentas apresentadas pela Secria reúnem informações dos 102 municípios

Alagoas sai na frente e lança plataformas inéditas que integram o monitoramento da primeira infância e da educação infantil

Alagoas lançou o Sistema Guga e o Sistema de Gestão da Educação Infantil, plataformas digitais que integram informações do Estado e dos 102 municípios para fortalecer o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas voltadas à primeira infância. As ferramentas reúnem

dados em um único ambiente e ampliam a transparência na gestão.

Os sistemas consolidam indicadores do Plano Estadual pela Primeira Infância, dos Planos Municipais e da Educação Infantil, permitindo acompanhar metas, ações e resultados. A iniciativa coloca Alagoas entre os estados que mais avançam no uso da tecnologia para a gestão de

políticas destinadas às crianças de 0 a 6 anos.

Um dos diferenciais é a utilização de Inteligência Artificial na análise dos Planos Municipais pela Primeira Infância. A tecnologia gera relatórios que apontam potencialidades, lacunas e oportunidades de melhoria, oferecendo suporte técnico aos gestores sem substituir a avaliação humana.

Segundo a secretária de Estado da Primeira Infância, Caroline Leite, as plataformas fortalecem a gestão baseada em evidências, permitindo que decisões sejam tomadas com base em dados e resultados. A proposta também amplia a integração entre Estado e municípios e facilita o acompanhamento das ações desenvolvidas.

O Sistema de Gestão da Educação Infantil, desenvolvido em parceria com o Laboratório Kode, da UMJ, reúne informações estratégicas para auxiliar as secretarias municipais no planejamento, organização de registros e monitoramento das redes de ensino. Durante o lançamento, gestores conheceram as funcionalidades das plataformas e receberam orientações para sua implantação.

O evento também homenageou o ex-secretário executivo da Primeira Infância, Gustavo Phillippe Rocha de Lima, o Guga, que dá nome ao principal sistema. A iniciativa reconhece sua contribuição para o fortalecimento das políticas voltadas às crianças e perpetua seu legado na gestão pública alagoana.



FATOS Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO

VEREADOR EM DESTAQUE



O vereador Feitosa, de São Miguel dos Campos, tem se destacado por sua atuação na Câmara Municipal em defesa dos interesses da população migueleense. Em seu terceiro mandato, o parlamentar afirma manter o compromisso de representar os moradores e atuar em favor das demandas do município.

DEPENDÊNCIA POLÍTICA

A prefeita de Campo Alegre, Pauline Pereira, afirmou que o diálogo com o senador Renan Filho está avançando, mas ressaltou que qualquer decisão política passará pelo deputado federal Arthur Lira. A declaração foi feita durante a assinatura da ordem de serviço para a construção de duas creches do programa CRIA e o anúncio de novos investimentos para o município.

AMPLIAÇÃO NO AGRESTE

A Secretaria de Estado de Prevenção à Violência (Seprev) vai ampliar o programa Ronda no Bairro para Arapiraca. O município será o primeiro do Agreste a receber o modelo de policiamento comunitário, marcando a expansão da iniciativa para o interior de Alagoas.

REPASSE AUTORIZADO

Os repasses de recursos provenientes de emendas parlamentares impositivas poderão continuar sendo realizados em Alagoas durante o ano eleitoral, desde que sejam observadas as exigências previstas na legislação. O entendimento consta em parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), publicado no Diário Oficial, após consulta formulada pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesau).

TRÂNSITO

Redução se deve à Intensificação da educação para o trânsito e investimentos nos setores de fiscalização, infraestrutura e planejamento

Segurança viária: número de óbitos cai 15,3% nas vias alagoanas

Estudo elaborado pelo Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas (Detran/AL) aponta que houve redução de 15,3% no registro de óbitos nas vias do estado em 2025, em comparação ao ano anterior. O documento também faz uma análise aprofundada dos fatores que causaram os sinistros no ano passado, mostrando a quantidade registrada, os locais, a dinâmica e o perfil das vítimas.

Em 2025, foram registrados 3.037 sinistros de trânsito, com 682 mortes, enquanto no ano anterior aconteceram 3.517, com 805 óbitos. As principais vítimas continuam sendo os motociclistas, que representam 59% do total de mortes do ano passado.

As rodovias com a maior quantidade de sinistros em Alagoas foram a BR-101, BR-316 e AL-220, na região de Arapiraca, além das avenidas

Fernandes Lima, Menino Marcelo e Durval de Góes Monteiro, em Maceió.

Para Marco Fireman, diretor-presidente do Detran Alagoas, o relatório elaborado pela Chefia de Segurança de Trânsito do órgão é uma ferramenta importante para apoiar a tomada de decisão dos órgãos de trânsito e elaboração de políticas públicas eficientes.

“Sempre digo que nenhuma morte no trânsito é aceitável. O Detran/AL e o Governo do Estado encaram essa realidade com foco na preservação de vidas. Temos atuado na intensificação da educação para o trânsito, desde a idade escolar, além de investimentos

nos setores de fiscalização, infraestrutura e planejamento”, afirma o diretor-presidente.

Os dados do relatório elaborado pelo Detran/AL foram obtidos junto ao Departamento Municipal de Transporte e Trânsito de Maceió (DMTT), Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu Alagoas), Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Civil do Estado de Alagoas (PCAL), Rede Hospitalar de Alagoas e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

De acordo com Renan Silva, chefe de

Segurança de Trânsito do Detran Alagoas, as principais causas dos sinistros de trânsito são a ingestão de álcool, tráfego na contramão, sonolência ao volante e velocidade incompatível com a via.

“A segurança viária é uma questão de saúde pública e de justiça social, passando pelos desafios de engenharia e fiscalização. Os sinistros de trânsito são considerados uma epidemia que tira a vida de milhares de pessoas, principalmente de jovens. Em Alagoas, este cenário reflete a urgência de uma mudança de paradigma: o trânsito precisa deixar de ser um espaço de risco tolerado para tornar-se um ambiente de convivência cidadã”, disse Renan Silva. O relatório completo pode ser conferido no link <https://indicadores.detran.al.gov.br/2026/07/03/seguranca-viaria-em-alagoas-do-diagnostico-a-acao/>.



ILUMINAÇÃO

Volume removido chega a 255 toneladas

Poste Limpo retira 140 quilômetros de fios dos postes na capital

O Projeto Poste Limpo, executado pela Autarquia Municipal de Iluminação Pública de Maceió (Ilumina), já retirou 255 toneladas de cabos inutilizados da rede de postes da capital alagoana. A iniciativa da Prefeitura de Maceió alcançou 16 bairros, eliminando emaranhados de fios que comprometiam a segurança da população, a mobilidade urbana e a paisagem da cidade.

O volume de material removido equivale a aproximadamente 140 quilômetros de cabos, extensão suficiente para ligar Maceió a Maragogi. Os fios, abandonados por empresas de telecomunicações após manutenções ou substituições de redes, permaneciam presos aos postes mesmo sem qualquer utilização.

Esses equipamentos geram riscos à população e à infraestrutura urbana, já que eventualmente



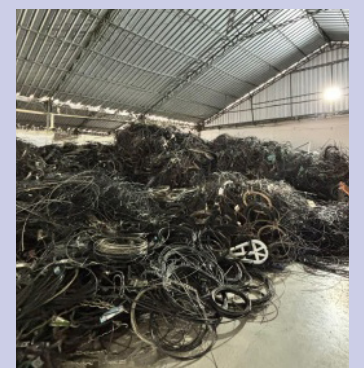
Volume de material removido chega a 255 toneladas e representa importante avanço na segurança e organização da rede aérea. Foto: Ilumina

formam “barrigas” em direção ao solo, prejudicando a mobilidade, ou até mesmo entram em contato com a fiação elétrica ativa, provocando curtos-circuitos, choques elétricos e incêndios.

O diretor-presidente da Ilumina, Gutenberg de Melo, explica que o serviço

realizado pela autarquia tem como principal objetivo garantir a segurança da população e preservar a infraestrutura da iluminação pública de Maceió. “Estamos cuidando das pessoas e do patrimônio público”, afirma.

E completa: “Esses emaranhados de fios presentes em toda a cidade representam



Fios permaneciam presos aos postes mesmo sem qualquer utilização. Foto: Seminfra

riscos para todos nós. Por isso, a Ilumina desenvolveu o Projeto Poste Limpo para garantir a retirada da fiação em desuso e tornar as vias mais seguras”.

De acordo com o diretor-presidente, o projeto prevê não apenas a retirada dos cabos obsoletos, mas também a organização da fiação ativa, sem causar qualquer prejuízo aos serviços de telecomunicações que atendem residências, comércios e instituições.

TENSÃO NO MORUMBI

Conselheiros do Tricolor manifestam forte rejeição ao nome de Rogério Caboclo para o pleito presidencial do clube

Bastidores do São Paulo fervem com possível indicação de ex-mandatário da CBF

O ambiente político no São Paulo ganhou contornos dramáticos mesmo durante o período de recesso decorrente do torneio de seleções. Movimentações silenciosas promovidas por alas da oposição começaram a ventilar o nome de Rogério Caboclo para concorrer ao cargo máximo do poder executivo. A simples menção do ex-dirigente da Confederação Brasileira de Futebol acendeu o sinal de alerta nos corredores do Morumbi.

A repercussão interna foi imediata e majoritariamente desfavorável dentro do egrégio Conselho Deliberativo. A imensa resistência se apoia diretamente no histórico recente do gestor, que comandou a entidade máxima do futebol nacional entre 2019 e 2021. Sua destituição do cargo federal ocorreu após graves denúncias de assédio

moral e sexual, amparadas por gravações que expuseram condutas inadequadas.

Integrantes do colegiado são-paulino classificaram a hipótese como descabida, sinalizando que tais episódios passados inviabilizam completamente qualquer pretensão eleitoral séria. A reputação institucional virou o principal argumento dos defensores da integridade associativa. Ainda assim, um nicho restrito de articuladores influentes tenta dar sobrevida à articulação de bastidor.

Paralelamente, outras figuras tradicionais da oposição perderam fôlego para encabeçar uma chapa direta nos próximos meses. Os conselheiros Pinotti e Daurio declinaram da disputa majoritária, embora o primeiro guarde relevância histórica por sua atuação destacada no processo que culminou no impeachment de Julio Casares, ocorrido em janeiro deste ano.

Diante do racha provocado pela lembrança de Caboclo, novas opções começam a emergir como alternativas

de consenso para o bloco opositorista. Os nomes de Marcelinho e Flávio Marques despontam como alternativas moderadas devido ao trânsito saudável que possuem entre as correntes políticas. Contudo, analistas internos ponderam que essas candidaturas alternativas ainda carecem de maturação para rivalizar de igual para igual no pleito.



CORRIDA CONTRA O RELÓGIO

Presidente Yuri Marroquim detalha trâmites junto à FIFA para extinguir punição administrativa antes da reabertura do mercado

CRB monitora burocracia internacional para liberar novos registros

A cúpula diretiva do CRB trabalha intensamente para solucionar uma pendência jurídica que restringe as ações do clube no cenário de contratações. A agremiação alagoana enfrenta uma sanção de transferência imposta pela entidade máxima do esporte, o que impede a inscrição de novos atletas. O mandatário regatiano explicou que os departamentos jurídico e administrativo já enviaram os comprovantes necessários para regularizar a situação.

A origem do empecilho reside em falhas operacionais na alimentação de dados do sistema internacional de transferências da FIFA. A cúpula alvirrubra trata o episódio com

tranquilidade, ressaltando que todas as exigências financeiras e documentais foram devidamente sanadas nos últimos dias. A expectativa interna aponta para uma

resolução burocrática rápida, restando apenas a chancela oficial do órgão sediado na Suíça.

O andamento célere desse processo ganhou contornos de urgência devido à

proximidade da abertura da janela extraordinária de transações do futebol brasileiro. Caso a restrição persista, o Galo de Campina ficará de mãos atadas para oficializar os reforços que já possuem acordos verbais com o clube. A manutenção desse bloqueio comprometeria o planejamento esportivo montado para as competições nacionais em andamento.

Nos bastidores do Estádio Rei Pelé, o planejamento de mercado segue ativo, com mapeamento de saídas e chegadas estruturado pela gerência de futebol. Os dirigentes entendem que o elenco necessita de peças pontuais para manter a competitividade na Série B e na Copa do Brasil. A liberação do registro surge como o verdadeiro ponto de partida para chancelar a reformulação almejada pela comissão técnica.



SOBRETUDO PROVIDENCIAL

Goleiro escandinavo adota discurso audacioso, mas esquadrão verde-amarelo chega embalado para carimbar passaporte rumo às quartas de final

Confiança excessiva da Noruega esbarra em ascensão da Seleção Brasileira antes das oitavas

A seleção da Noruega parece disposta a inflamar o clima para o embate decisivo deste domingo em East Rutherford, Nova Jersey. Em declarações prestadas em East Hanover, o experiente goleiro Orjan Nyland, de 35 anos, buscou blindar seu setor defensivo com frases de forte impacto. Ele assegurou categoricamente que seus companheiros possuem a capacidade de conter qualquer poderio ofensivo presente nesta Copa do Mundo de 2026.

Contudo, a manifestação do defensor escandinavo soa quase como um blefe quando confrontada com o retrospecto recente de sua própria equipe no torneio. A retaguarda europeia demonstrou enorme fragilidade ao sofrer oito gols em apenas quatro apresentações

na competição. Esse rendimento instável culminou, inclusive, em um sonoro revés por 4 a 1 diante da França, resultado que expôs falhas severas de posicionamento e coordenação tática.

Apesar desse cenário desfavorável, Nyland preferiu se apegar ao desempenho demonstrado no período qualificatório europeu para justificar seu otimismo. Segundo o camisa 10, a solidez exibida nos últimos anos confere ao grupo o orgulho necessário para encarar o desafio. Ele ressaltou que a agremiação marchará para o gramado convicta de que conseguirá anular as principais peças do plantel sul-americano.

A postura impositiva do goleiro adversário funciona como combustível ideal para o elenco comandado por Carlo Ancelotti. A

comissão técnica do Brasil monitora de perto as falhas estruturais do rival e aposta no talento de Vinícius Júnior para dismantlar a linha defensiva norueguesa. O momento do time verde-amarelo indica evolução física e tática perfeitamente ajustadas para este estágio agudo da disputa.

Historicamente, o país nórdico ostenta uma invencibilidade curiosa contra os pentacampeões, somando duas vitórias e dois empates ao longo dos tempos. Esse retrospecto antigo é utilizado por eles como um escudo psicológico. Nyland reforçou que seus liderados necessitam realizar a melhor exibição de suas vidas se quiserem carimbar a vaga entre as oito melhores nações do planeta.

Por outro lado, o ambiente na Granja Comary transborda serenidade e foco absoluto em quebrar esse tabu histórico no

momento mais oportuno. Os atletas brasileiros interpretam o falatório rival como uma tentativa de transferir a pressão do favoritismo. A comissão técnica preparou variações táticas capazes de explorar a lentidão dos defensores escandinavos, especialmente nas transições em velocidade.

Com um ataque dinâmico e motivado, o Brasil entra nas oitavas de final credenciado como o favorito real a avançar no chaveamento. A expectativa nos bastidores é de que a resposta brasileira venha desenhada com gols e superioridade técnica dentro das quatro linhas. O sonho do hexacampeonato passa por silenciar a empáfia europeia e consolidar o favoritismo construído na fase inicial.

para o próximo domingo na arena de East Rutherford. O equilíbrio emocional surge como elemento decisivo para suplantar o forte sistema de marcação dos adversários europeus.

Ancelotti aproveitou a oportunidade para analisar as qualidades da esquadra adversária, direcionando atenções especiais para o artilheiro Erling Haaland. O técnico italiano pontuou que os fatores psicológicos se igualam aos aspectos táticos nesta fase aguda da Copa do Mundo. A organização defensiva da Noruega e a competência deles no jogo aéreo foram mapeadas minuciosamente pelos analistas brasileiros.

O comandante relembrou ainda sua postura contida na comemoração do gol salvador de Gabriel Martinelli na partida anterior. Aos 67 anos, o experiente técnico brincou sobre suas limitações físicas nos joelhos, mas explicou que prefere prezar pela concentração absoluta até o apito final. Experiências pretéritas na carreira ensinaram o comandante que o futebol pune os desatentos antes do término definitivo do espetáculo.

CONFIANÇA

Mohamed Salah comemorou a classificação do Egito às oitavas de final da Copa do Mundo e explicou a cobrança de pênalti de cavadinha que ajudou a garantir a vaga da seleção africana. O atacante afirmou que a escolha foi feita no momento da batida e teve como objetivo transmitir tranquilidade aos companheiros em uma disputa decisiva. Para o camisa 10, gestos de confiança também fazem diferença em jogos de grande pressão.



DUPLA MISSÃO

Conhecido por ser o único atleta de Cabo Verde a disputar o UFC, o lutador vive uma experiência diferente durante a Copa do Mundo. Além da carreira nas artes marciais, ele trabalha como policial em uma das cidades-sede do torneio, participando do esquema de segurança do evento. A rotina dividida entre o esporte e a atividade policial transformou sua história em um dos relatos mais curiosos da competição.



SEM GRAÇA

A volta de apresentação da Fórmula 1 com carros de Lego não agradou a todos os pilotos. Um competidor holandês criticou a iniciativa e afirmou que a categoria passou uma imagem infantil, dizendo que os participantes pareciam "crianças e palhaços". Apesar da repercussão, a ação promocional integra a parceria da F1 com a fabricante de brinquedos e deve continuar nas próximas etapas do calendário.



MUDANÇA POSSÍVEL

A CBF foi informada pela Fifa sobre a possibilidade de alteração no horário da partida entre Brasil e Noruega pelas oitavas de final da Copa do Mundo. A medida está sendo analisada em razão da previsão de temperaturas elevadas no local do confronto, em Nova Jersey. A intenção é reduzir os impactos do calor intenso sobre atletas, arbitragem e torcedores, caso as condições climáticas se confirmem.



ARMA SECRETA PRONTA

Ancelotti confirma plenas condições de Neymar para decisão das oitavas

A preparação da comissão técnica brasileira para o duelo decisivo contra a Noruega recebeu um incremento técnico fundamental. O comandante Carlo Ancelotti assegurou que Neymar superou totalmente os problemas físicos e se encontra apto para atuar ao longo dos 90 minutos regulamentares. A novidade mexe com o planejamento tático e eleva o patamar de criatividade do setor ofensivo verde-amarelo.

Na última apresentação, que culminou no triunfo por 2 a 1 diante do Japão, o craque permaneceu no banco de reservas por pura precaução estratégica. A comissão tática pretendia utilizá-lo somente

caso o confronto se estendesse para o tempo extra. Agora, com o avanço do cronograma de recuperação, o comandante europeu confirmou que o meia-atacante possui ritmo adequado para suportar a intensidade do mata-mata.

O treinador detalhou que a minutagem do atleta será gerida com base na sabedoria e na leitura de jogo que o próprio profissional possui. Ancelotti evitou cravar se o jogador iniciará entre os titulares, mas destacou que sua escalação ocorrerá no exato instante em que a equipe demonstrar necessidade de refino técnico. A flexibilidade do astro é vista como um trunfo valioso para desestabilizar as defesas fechadas.

O comportamento do veterano nos bastidores da delegação também rendeu elogios públicos por parte da liderança técnica. Mesmo ostentando o status de principal referência técnica da última década, o camisa 10 aceitou as diretrizes médicas com exemplar espírito coletivo. O comandante fez questão de enaltecer o respeito, a cordialidade e o carisma mantidos pelo esportista com os demais convocados.

Embora o desejo de estar no gramado seja evidente, a postura ética do atacante evitou cobranças intempestivas junto aos avaliadores físicos. Esse ambiente harmonioso fortalece o grupo antes do compromisso marcado

Treinador italiano garante que o camisa 10 se recuperou totalmente e reúne atributos para suportar uma partida inteira

